

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL DAS CRIANÇAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Antonia Nivea Evangelista de Almeida¹
Maria Elioneide de Souza Costa²

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o direito de toda criança à escola, mais precisamente à educação infantil, principalmente as crianças em situação de vulnerabilidade social pertencentes às camadas populares. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi refletir a importância do acesso ao Centro de Educação Infantil, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, bem como se a participação e aprendizagem estão sendo asseguradas, tendo em vista as políticas públicas. Como perguntas de pesquisa, foram elaboradas as seguintes questões: Como a educação infantil pública consegue garantir o direito de todas as crianças, inclusive as que se encontram em situação de vulnerabilidade social? A escola tem sido um refúgio para crianças em vulnerabilidade social? A partir dessas questões procurou-se viabilizar uma melhor compreensão de como ocorre o acesso das crianças na educação infantil nos Centros de Educação Infantil na cidade de Sobral- CE e a visão dos docentes e outros profissionais sobre o tema. Usou-se da metodologia da observação em um Centro de Educação Infantil (CEI) do município de Sobral-Ceará por meio de um estágio, onde observou-se que o número de famílias que precisam de assistência ainda é uma quantidade significativa. Apesar de existir uma rede de apoio, as assistências sociais não conseguem contabilizar todas as famílias. Como suporte teórico, houve um diálogo com os referentes autores: Ramos (2001), Priore (2001), Freitas (2003), Rizzini (2004), Veiga (2005), Cardoso (2020), Machado (2021), dentre outros. A partir dos resultados obtidos, foi possível compreender que as crianças estão frequentando a escola e chegou-se à conclusão que ainda existe uma demanda muito grande que precisa de assistência dentro das instituições de ensino na qual, infelizmente, não é suficiente para suprir todas as necessidades dos respectivos alunos. Em suma, concluiu-se com este estudo que, embora as crianças pobres estejam incluídas no sistema educacional, se faz necessário discutir sobre os limites de atuação do professor na busca por alternativas para amenizar os traumas dos alunos que vivenciam situações de pobreza e extrema pobreza, oferecendo um suporte de atenção maior, para que no futuro, essas crianças obtenham sucesso no rendimento escolar, a fim de evitar problemas maiores como a evasão escolar, depressão, ansiedade e fazer com que tenham a oportunidade de desfrutar um caminho mais digno para as suas vidas via estudos.

Palavras-chave: Criança, Direito à creche, Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

É direito de toda criança frequentar a escola. A Educação Infantil no Brasil é hoje garantida por lei, como na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, ou seja, é obrigatória da Pré-escola ao Ensino Médio. Infelizmente, a Educação Infantil ainda continua na luta para tornar-se obrigatória. No

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, nayraalmeida456@gmail.com;

²Professora Orientadora: Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará- UECE. Mestra em Educação e Ensino pelo MAIE/UECE, maria_elioneide@uva.net.br;

entanto, nas últimas décadas, a Educação Infantil tem conquistado seu, principalmente com a publicação da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil - BNCC/EI de 2017.

Os avanços pela inclusão de todas as crianças na Educação Infantil tem conseguido que muitas delas estejam na escola, mas é preciso refletir quanto à qualidade da educação com a qual essas crianças estão se deparando. Direito à educação é também direito à educação de qualidade. Sabemos que esse direito à educação infantil foi historicamente conquistado com as lutas dos movimentos sociais. Pois, por muito tempo as crianças das camadas populares foram apenas cuidadas. Agora, prevalece a questão da indissociabilidade do cuidar e do educar na educação infantil.

E, hoje também, a escola pública é lugar de todos. Todas as crianças devem estar inseridas desde muito cedo na escola. Os pais, as mães e a família em geral, das camadas populares estão vendo na creche, por exemplo, um lugar de amparo das crianças. Muitas vezes, os pais precisam trabalhar e necessitam que seus filhos estejam cada vez mais cedo na escola.

Sobre isso, observa-se que a escola e a família estão se comunicando cada vez mais para o desenvolvimento da criança, porém, durante o estágio na prefeitura de Sobral, também foi visível que muitas famílias se apoiam na escola buscando um refúgio na qual possam dar o mínimo de dignidade para seus filhos. Nesse período, as crianças vinham para a escola com higienização precária, com fome e até mesmo com comportamento bastante agressivos. Todas essas informações sempre foram repassadas para a gestão e para os órgãos públicos de apoio à infância e à juventude de Sobral, onde os problemas são solucionados com bastante êxito através de criação de políticas públicas.

Ao observar as lacunas existentes nos cuidados da criança dentro do contexto familiar, bem como a preocupação que a cidade de Sobral tem em comparação a outras cidades, surgiu um interesse em pesquisar mais como os profissionais educacionais percebem que essas crianças estão sendo tratadas e se há rompimento dos paradigmas de que a escola funciona com o objetivo de oferecer as famílias apenas o cuidar e o educar de seus filhos.

Além destas lacunas que geraram a oportunidade do presente estudo, existe a motivação pessoal da pesquisadora, descendente das comunidades pobres do Piauí, na qual a família veio tentar sobreviver na cidade de Sobral-Ceará com a esperança de ter um futuro promissor.

O presente estudo tem por foco, portanto, representar a importância da escola pública para crianças em situações de vulnerabilidade social do país, analisando pontos importantes que, durante a pesquisa, foram propostos e aplicá-la a um projeto que vise à melhoria para essas famílias dentro e fora da escola. Diante desta realidade, surgiram os seguintes problemas: Como a escola pública consegue garantir o direito de todas as crianças, inclusive as que se encontram na condição de vulnerabilidade social, à educação infantil? A escola tem sido um refúgio para crianças em vulnerabilidade social?

Para respondermos as perguntas norteadoras de nossa pesquisa, escolhemos como objetivo geral: Refletir a importância do acesso à escola para as crianças, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, bem como se a participação e aprendizagem estão asseguradas pelas políticas públicas.

Para atingir tal meta, selecionamos os seguintes objetivos específicos:

1) Analisar a literatura sobre as desigualdades sociais em que as crianças foram submetidas no Brasil; 2) Conhecer as políticas de apoio às crianças em situação de vulnerabilidade social e as lutas por creches e 3) Verificar o acesso das crianças à creche, numa instituição pública, pela observação participante e junto aos profissionais.

Como embasamento teórico usou-se, principalmente: Ramos (2001), Priore (2001), Freitas (2003), Rizzini (2004), Veiga (2005), Cardoso (2020), Machado (2021), dentre outros.

O trabalho foi realizado mediante elaboração de questionário indicado e enviado à 21 profissionais que lidam com a área educacional para responder conforme sua visão, através do *Google forms*, por meio de *whatsapp*. Depois foram selecionadas as respostas mais relevantes e, assim, foram analisadas e aqui registradas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza como de abordagem qualitativa, pois buscou levantar as opiniões de profissionais sobre a temática abordada aqui, por meio de um questionário via *Google Forms* com perguntas abertas, próprio da pesquisa qualitativa, realizado com 21 pessoas da área educacional. Devemos destacar que, na pesquisa de caráter qualitativa, a preocupação não é somente com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão do grupo sobre a temática investigada. (GOLDENBERG, 2011)

Então, no primeiro momento foi necessário realizar uma pesquisa exploratória sobre a trajetória das crianças populares no Brasil, buscou-se sobre livros que abordassem a história da creche no nosso país e em documentos que evidenciam o direito de toda criança à educação escolar, além de compreender o termo: “vulnerabilidade social”.

Desse modo, ao construir os tópicos da fundamentação teórica deste artigo, sentiu-se a necessidade de fazer um levantamento de dados com profissionais do CEI. Assim, foi elaborado um questionário que é uma técnica de levantamento de dados, constituído por questões sobre um tema a ser investigado junto à sujeitos que têm relação com o assunto.

Sobre a técnica do questionário, Flick (2012), diz que:

Estes podem ser respondidos na forma escrita ou oralmente, com uma interrogação presencial com o pesquisador anotando as respostas. Uma característica dos questionários é sua extensiva padronização. Os pesquisadores vão determinar a formulação e a sequenciação das perguntas e as possíveis respostas. Às vezes, também são incluídas algumas questões de texto aberto ou livre, às quais os respondentes podem responder com suas próprias palavras. (p. 110)

Seguindo essa perspectiva, a escolha dos participantes para responderem o questionário foi por serem atuantes na educação pública da cidade de Sobral-CE, onde essa

pesquisadora estudou a vida toda e percebeu que, de uns tempos para cá, a educação das crianças vem mudando, assim como as estruturas das escolas de Educação Infantil e as formações docentes para atender as crianças. A prefeitura vem lançando vários programas de estágios, dando oportunidades para graduandos do curso de Pedagogia a fim de terem suas primeiras experiências em creche, pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, por meio de observações, essa pesquisadora percebeu que, de alguma forma, a escola pode mudar a vida das crianças em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a escolha dos participantes para responderem ao questionário está relacionada aos objetivos da presente pesquisa.

Portanto, o questionário foi elaborado conforme essas quatro perguntas: 1) A escola pública tem conseguido cumprir o direito de todas as crianças a estarem na escola, inclusive as que se encontram em situações de vulnerabilidade social?; 2) Existem implicações para a escola ao incluir as crianças em situações de vulnerabilidade social? Quais são as implicações?; 3) Durante muito tempo as creches foram vistas apenas como locais para cuidar de bebês e crianças. Hoje isso mudou na prática? e 4) Quais contribuições você como profissional da educação considera essenciais para resgatar seus alunos que se encontram em situações de vulnerabilidade social?

Cabe dizer que, das 21 respostas, foram selecionadas aquelas de mais significância para essa pesquisa. Alguns profissionais participantes aceitaram que divulgassem seus nomes, porém, por questão de ética, todos serão informados por letras iniciais dos nomes. No próximo tópico, veremos algumas respostas e análises conforme as mais significativas para esta pesquisa.

A fundamentação teórica baseou-se nos estudos de Ramos e Vieira (2001) onde mostrou uma pesquisa usando a metodologia de decomposição de alguns índices de desigualdade de rendimento no Brasil para as décadas de 1980 e 1990, com objetivo de captar a importância relativa de algumas fontes de dispersão de salário, inserindo as variáveis: a) educação e idade; b) posição na ocupação, região geográfica e setor de atividade econômica, para captar formas de inclusão no mercado de trabalho; c) gênero e cor, relacionados a possíveis discriminações. Constataram que a variável escolaridade tem um papel fundamental, sendo responsável pela desigualdade. As demais variáveis analisadas tiveram participação muito inferior na explicação da desigualdade de rendimentos no Brasil; Rizzini pesquisou sobre as condições em que determinadas crianças, algumas em sua maioria, como órfãs do rei eram enviadas ao Brasil para se casar com os súditos da Coroa ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente”; Priore quando pesquisa sobre as

condições desta época de criança escravizada que eram submetidas a regras ou ordens que diziam: se perambularem pelas ruas no século XVIII, essas filhas das ruas precisavam furtar para sobreviverem, compondo as primeiras estatísticas criminais, lá em 1900. Muitos registros foram enviados para as grandes autoridades, pelos jesuítas sobre o que acontecia nas ruas, a fim de que tomassem providências; Segundo Veiga (2005) Essa luta é social, pois buscou em creche já foi vista como lugar de amenizar carências e Cardoso (2020), onde diz que as desigualdades sociais e a pobreza são elementos presentes no Brasil desde a chegada dos portugueses. Desse modo, as crianças sempre estiveram imersas na trajetória histórica do nosso país, aprendendo, brincando, trabalhando, etc.

Essa pesquisa é de caráter documental por se tratar de um trabalho baseado, também, em documentos importantes que retratam a criação de políticas públicas em prol da criança em situação de vulnerabilidade social, como: A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da criança e do adolescente, Declaração de Genebra, Declaração dos Direitos Humanos, os documentos internacionais pelo Banco Mundial é que foram ampliando-se cada vez mais os debates sobre este assunto e foi constituindo-se uma Política Nacional de Educação Infantil - PNEI no Brasil. Isso se deveu também, pela força mundial de atenção voltada para as crianças. Esses documentos internacionais são citados por Maria das Dores Mendes em seu artigo sobre o Banco Mundial no cumprimento das metas da Universalização da educação básica. Ela cita o Programa de Educação Para Todos consolidado na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien e tantos outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

AS CRIANÇAS POBRES BRASILEIRAS: UMA BREVE TRAJETÓRIA

Para Cardoso (2020), as desigualdades sociais e a pobreza são elementos presentes no Brasil desde a chegada dos portugueses. Desse modo, as crianças sempre estiveram imersas na trajetória histórica do nosso país, aprendendo, brincando, trabalhando, etc.

Sobre o Brasil, em 1500 oficialmente começa a história do Brasil contada nos livros, com seu “descobrimento”, trinta anos depois se inicia o processo de colonização pelos portugueses, onde uma diversidade de pessoas entravam nessas embarcações mandadas pelo rei. As crianças órfãs eram as principais vítimas para essas situações, pois não tinha ninguém para recorrer a seu favor.

De acordo com o historiador Fábio Pestana Ramos, muitos desconhecem que nas embarcações lusitanas do século XVI havia certa quantidade de crianças na tripulação. O historiador afirma que “As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes e

pajens, como órfãs do rei enviadas ao Brasil para se casar com os súditos da Coroa ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente” (RAMOS, 2001, p.19).

Percebemos como a sociedade brasileira foi se constituindo sob as diferenças de vida dos senhores e dos escravizados. No caso das crianças filhas de escravos, aos quatro, cinco anos, já eram inseridas no trabalho junto com os dez anos de idade e aquelas que chegavam aos doze anos, dobrava seu valor de mercado. (PRIORE, 2001).

Para Priore (2001), era comum criança escravizada perambularem pelas ruas no século XVIII, essas filhas das ruas precisavam furtar para sobreviverem, compondo as primeiras estatísticas criminais, lá em 1900. Muitos registros foram enviados para as grandes autoridades, pelos jesuítas sobre o que acontecia nas ruas, a fim de que tomassem providências. Nesse sentido, Machado (2021), coloca que:

Com a ampliação dos centros urbanos no Brasil do século XVIII um dos grandes problemas enfrentados foi o constante abandono de crianças em locais como igrejas, casas, becos, ou até mesmo ao ar livre, sob sol e chuva, às vezes, mortas ou mutiladas por animais que, também, perambulavam pela cidade. (p. 33)

Ainda sobre isso, no Brasil colonial os jesuítas implantaram escolas elementares para as crianças pequenas de aldeias indígenas e vilarejos e criou colégios para formar os filhos dos ricos. Outras ordens religiosas preocupadas com os órfãos e crianças abandonadas criaram lugares para acolher os órfãos desvalidos (RIZZINI, 2004).

Nesse sentido, destaca-se a iniciativa da Santa Casa de Misericórdia ao criar a “Roda dos Expostos”, que recebia bebês que eram abandonados nas rodas de maneira anônima. Conforme Rizzini (2004),

O atendimento a números tão elevados de bebês abandonados era possibilitado pelo sistema da criação externa por amas-de-leite, contratadas pela Santa Casa de cada cidade. A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altas taxas de mortalidade. A amamentação artificial era um risco sério para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro de pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes. No Brasil, muitas escravas serviram nesta função, alugadas por seus proprietários. (RIZZINI, 2004, p. 23)

Embora os expostos sofressem maus tratos pelas amas-de-leite, permanecer nas instituições evitou que muitos bebês fossem abandonados e/ou mortos nas ruas por motivos muitas vezes de serem gerados entre patrões e escravas. Até o início do século XX, não existiam padrões universais que protegessem as crianças, como as leis ou marcos legais.

Com o advento cada vez mais forte das sociedades capitalistas, foram perseguindo direitos para os cidadãos e, nisso, foram incluídas as crianças. Na década de 1920, por

exemplo, quando se discutia o papel da família, economia e outros debates, países se reuniram para adotar declarações que servissem para países membros. Foi o caso da Declaração de Genebra sobre os direitos das crianças, incluindo aí a importância de serem educadas nas escolas. Sobre os princípios dessa Declaração, pelo menos os três primeiros, para Dallari e Korczok (1986),

Princípio 1o - A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família. Princípio 2o - A criança gozará proteção social e serão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança. Princípio 3o - Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade. (págs. 10/11)

Aos poucos foi surgindo a proteção da criança no cenário internacional. Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - (UNICEF) –, para atender, na Europa e na China, às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra. Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual o Artigo 25 preconiza "cuidados e assistência especiais" e "proteção social" para mães e crianças.

“Foi somente a partir do final do século XX, que crianças e adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de Direito, o que implica também que seus direitos foram reconhecidos como Direitos Humanos”. (ZAPATER, 2019, p. 47)

Até o final da década de 1980, no Brasil não existiam direitos previstos em lei, para todas as crianças brasileiras, por isso, muitas delas passaram suas vidas internadas em grandes instituições fechadas, nos “asilos para menores abandonados”, evitando assim, alguma forma de atrapalhar o caminhar de uma sociedade capitalista.

Com a Constituição Federal de 1988, as instituições de ensino sofreram mudanças significativas, pois estava previsto o direito de todas as crianças à escola. Nessa linha, também foi o momento em que aprovaram o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), representando uma grande conquista para os movimentos sociais que lutavam pelos direitos da infância e da adolescência brasileira. O Estatuto é um instrumento que garante as políticas públicas tão necessárias à infância e à juventude em situações de risco e de vulnerabilidade social.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990)

É perceptível que a Lei veio para assegurar que a escola deve priorizar ações de educação em direitos humanos, propondo um trabalho coletivo que garanta a participação dos diferentes sujeitos no ambiente escolar. Sendo assim, o estatuto configura-se como uma legislação de direitos humanos de crianças e adolescentes, colaborando com o desenvolvimento da cidadania, na qual é o principal objetivo da educação. O Estatuto (ECA/1990) dispôs que as famílias têm meios de como cuidar de seus filhos e não deverão deixá-los nos moldes de asilos.

Conforme Rizzini (2004),

Verifica-se que não existem, no país, estatísticas que dimensionem o número de crianças e adolescentes institucionalizados. No entanto, sabemos que várias gerações de crianças passaram suas infância e adolescência internadas em grandes instituições fechadas. Estas eram, até o final da década de 1980, denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os idos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o último recurso a ser adotado. Por isso, consideramos que se instituiu no Brasil uma verdadeira “cultura da institucionalização” (p.34).

Consoante à trajetória dos direitos da criança foram às lutas dos movimentos feministas de mães pobres e trabalhadoras e de outros movimentos sociais por creches para seus filhos. Sobre isso, veremos no próximo tópico.

LUTA PELO DIREITO À CRECHE NO BRASIL

A luta por creche no Brasil é, sobretudo, uma luta popular. As reivindicações por creches estão relacionadas com as demandas das mulheres, mães e trabalhadoras. Essa luta é social, pois buscou em um primeiro momento guardar as crianças e também combater a fome. Assim, a creche já foi vista como lugar de amenizar carências. (VEIGA, 2005).

Nessa lógica, vigorou por muito tempo no Brasil às instituições de caráter assistencialista, com objetivos de amparar crianças em situações de vulnerabilidade social, com foco na alimentação e os cuidados físicos. Temos como exemplo a Santa Casa de

Misericórdia que por mais de 150 anos sustentou os asilos dos expostos com suas rodas cumpriam o papel de abrigar diversas crianças enjeitadas e abandonadas.

Assim, a sociedade poderia continuar progredindo.

A roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. [...] Quase por século e meio a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. [...] O sistema de rodas de expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casa de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, as maiorias das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas. (FREITAS, 2003, p. 53)

Depois vieram as creches para substituir as Casas dos Expostos, depois de muita luta dos movimentos sociais operários. As primeiras creches no Brasil surgem com o intuito de combater a pobreza e a mortalidade infantil, atenderos filhos das trabalhadoras, mas com uma prática que reforçava o lugar da mulher no lar e promover a ideologia da família, esse serviço foi destinado à população de baixa renda na qual veio acompanhando a estruturação do capitalismo. Para Freitas (2003),

[...] A filantropia surgia como modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo da caridade. Nesses termos, à filantropia atribuía-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil. (p. 78).

Depois de muitas lutas dos movimentos sociais nos anos de 1980, foi a Constituição Federal de 1988 que assegurou o direito de toda criança à educação escolar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBD 9.394/96 que colocou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, destacando suas especificidades e importância. Mesmo fazendo parte da Educação Infantil, a creche ainda não é obrigatória no Brasil, sendo preciso lutar para que isso aconteça.

Segundo a BNCC, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança são assegurados por seis direitos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos conversam diretamente com os eixos estruturantes da Educação Infantil: interagir e brincar.

Desse modo, hoje a creche participa da Educação Infantil e abrange a faixa etária de bebês e crianças bem pequenas, colocado pela Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil – BNCC/EI. Isso reafirma cada vez mais o caráter do cuidar e educar na creche, pois a BNCC/EI de 2017 trouxe um arranjo curricular para essa etapa, que são: explorar movimentos, gestos, texturas, cores, palavras, emoções, transformações,

relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Com tudo isso, essa pesquisa se desenvolveu por meio, primeiramente, por curiosidade da pesquisadora quando participou de um programa de estágio na Prefeitura de Sobral, no Ceará. Para isso, além das observações em campo, foi necessário estudo sobre o atendimento nos Centros de Educação Infantil (CEI) público e sobre o cotidiano de crianças residentes nos bairros da periferia da cidade citada, assim como coletar dados junto aos profissionais da escola. É o que veremos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi desenvolvido através de quatro perguntas, uma delas foi ,à escola pública tem conseguido cumprir o direito de todas as crianças a estarem na escola, inclusive as que se encontram em situação de vulnerabilidade social? A participante A.M.S., professora do Atendimento Educacional Especial (AEE) respondeu da seguinte forma:

“É dever do Estado, garantir educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, porém ainda perpassa no nosso meio uma grande desigualdade social, deixando estas pessoas muitas vezes fora da escola.

A professora usou de maneira simplificada o que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigo 4o, que é dever, principalmente da família, assegurar direitos como: educação, saúde, dignidade, segurança e convívio familiar e comunitário, visando à integridade e o desenvolvimento total da criança. Em suma, as participações foram significativas para as hipóteses e questionamentos da presente pesquisa e por meio das respostas foi possível confrontar com as hipóteses do presente trabalho e seus objetivos, colocando questões importantes sobre a temática aqui investigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, essa pesquisa buscou responder às questões: como a creche pública consegue garantir o direito de todas as crianças, inclusive as crianças em situação de vulnerabilidade social, à educação infantil? A escola tem sido um refúgio diante da pobreza, para crianças em vulnerabilidade social? E chegamos à conclusão que sim, na cidade onde se realizou a pesquisa é evidente o esforço em oferecer educação de qualidade para todas as crianças, porém, por meio das observações na creche ainda existe uma demanda muito grande de crianças que precisam de assistência dentro das instituições de ensino referente a cuidados com a saúde, alimentação, etc.

Desse modo, pode-se dizer que o problema de pesquisa foi respondido. Muitas crianças encontram na creche um refúgio, seja para brincar, ser livre, viver a infância, se alimentar. Na creche ou nos Centros de Educação Infantil parece que estão seguras e, para que

isso aconteça, é preciso continuar apostando na educação, investindo na formação docente e buscando a família para a escola, mapeando desde cedo a frequência dessas crianças diariamente na escola.

Em suma, as contribuições desse trabalho para a área é importante para futuras análises considerar como aconteceram tais mudanças na educação, compreendendo assim, a importância da escola para as crianças em situações de vulnerabilidade social e podendo servir de estudo para futuros pesquisadores sobre essa temática visando ir além do rendimento e comportamento da criança e, assim, mostrar que os alunos que vivem/viveram em situação de vulnerabilidade social e/ou sofrem traumas podem chegar a lugares em que há pessoas de consciência e humanidade que trabalham em prol dessas crianças, facilitando o acesso a um futuro promissor onde podem até ir além do que imaginam. Esperando que estudos continuem sendo realizados, buscando-se propostas de intervenções a serem feitas pelas instituições de ensino e de apoio em prol do desenvolvimento global dos seus alunos.

Nessa perspectiva, se faz necessário discutir sobre os limites de atuação do professor na busca por alternativas para amenizar os traumas dos alunos e oferecendo um suporte de atenção maior, para que, no futuro, essas crianças obtenham sucesso no rendimento escolar, a fim de evitar problemas maiores como a evasão escolar, depressão, ansiedade, dentre outras situações negativista e fazer com que essas crianças tenham a oportunidade de desfrutar um caminho mais digno para suas vidas.

Portanto, ao retomar os objetivos da pesquisa: refletir a importância do acesso à escola para as crianças, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, bem como se a participação e aprendizagem estão asseguradas pelas políticas públicas. Específicos: 1) Analisar a literatura sobre as desigualdades sociais em que as crianças foram submetidas no Brasil; 2) Conhecer as políticas de apoio às crianças em situação de vulnerabilidade social e as lutas por creches e 3) Verificar o acesso das crianças à creche, numa instituição pública, pela observação participante e junto aos profissionais. Pode-se afirmar que todos os objetivos foram atingidos, através das pesquisas sobre as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e complementado com o questionário aos profissionais se conseguiram responder essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 16 jul 2022.

____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 16 de out. 2022.

____. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em 20 de out. 2022

CARDOSO, Julia do Carmo P. S. **A desigualdade e a pobreza em uma escola pública da periferia de Curitiba: Reflexões acerca da teoria e da prática** IN QUIRINO, S. F. BARBOSA, R. P. SCHNEIDER, Gabriela.

CASTRO, Mayara Alves de; SOUSA, Alba Patrícia Passos de. **História das creches no Brasil até a Constituição de 1988**. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/IVO/Downloads/2015_eve_macastro.pdf . Acesso em: 15 de out. 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. KORCZAK, Janusz. **O direito da criança ao respeito**. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_direito_da_crian%C3%A7a_ao_respeito/ZMTVs2IY2UMC?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em 24 de nov. 2022

D'AVILA-BACARJI, Keiko Maly Garcia; MARTURANO, Edna Maria; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. **Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 15, n. 30, p. 43-55, jan. 2005.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FLICK, UWE. **Introdução a metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes**/Uwe Flick; Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2012.

FREITAS, M. C de. PRADO, R. L. C. **O professor e as vulnerabilidades infantis**. São Paulo: Cortez, 2016.

____, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, Renata. **A história das creches, jardim-de-infância, escola infantil, escola do tricô, casa dei bambini, o infantário, surge a creche no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-historia-das-creches.ht> Acesso em 13 de out de 2022.

MACHADO, Vanessa Rombola. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a difícil implementação dos princípios do eca**. Editora CRV. 2021

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950**. FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997